

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.632 - MG (2019/0093048-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : JOHNATAN FERREIRA ALMEIDA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JOHNATAN FERREIRA ALMEIDA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.013874-3/000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi preso em flagrante no dia 6/2/2019 (prisão convertida em preventiva) pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, c/c artigo 244-B da Lei n. 8.069/1990, porque, no momento da abordagem policial, estaria traficando drogas com a presença de um menor de idade, que teria sido corrompido anteriormente (e-STJ fls. 11/24).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual alegando, em síntese, que os requisitos autorizadores da medida constritiva não estão presentes no caso em tela e que o decreto de prisão preventiva do recorrente não foi devidamente fundamentado. Sublinhou que o acusado é detentor de circunstâncias favoráveis e que, caso condenado, poderá cumprir a pena em regime menos gravoso que o fechado.

O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 178):

HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA - PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS ELENCADOS NOS ARTIGOS 312 E 313 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INADEQUABILIDADE - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - INSUFICIÊNCIA PARA OBSTAR A CONSTRIÇÃO CAUTELAR.

1. Inexiste constrangimento ilegal na decisão judicial que

decreta o acautelamento preventivo lastreada em elementos concretos dos autos e nos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, porquanto sua decretação se afigura necessária ao resguardo da ordem pública, tendo em vista, sobretudo, a significativa quantidade de drogas apreendida, aliada à contumácia delitiva atribuída ao paciente.

2. O crime de tráfico de drogas, por cuja suposta autoria o paciente foi preso, encontra em seu preceito secundário, pena máxima privativa de liberdade superior a quatro anos, atendendo ao comando normativo contido no inciso I do artigo 313 do Código de Processo Penal.

3. Presentes seus pressupostos e aferida a necessidade da prisão preventiva, inviável a fixação de medidas cautelares diversas.

4. A existência de condições pessoais favoráveis, por si só, não é suficiente para inibir a custódia cautelar, uma vez demonstrada a necessidade de sua manutenção.

Na presente oportunidade, a defesa alega que as decisões acerca da manutenção da segregação cautelar do recorrente não foram devidamente fundamentadas. Reitera que os requisitos autorizadores da medida constritiva não estão presentes no caso em tela. Lembra novamente que o acusado é detentor de circunstâncias favoráveis e que, caso condenado, poderá cumprir a pena em regime menos gravoso que o fechado.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a sua substituição por medidas cautelares mais brandas.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial visando a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque, ao que parece, a prisão foi preservada pelo Tribunal de origem em razão da gravidade concreta do delito, porquanto foram apreendidos na abordagem policial uma grande variedade de drogas (23g de maconha, 2,3g de crack e 38,9g de cocaína), o risco de reiteração delitiva e a garantia da ordem pública, como se depreende do seguinte trecho do decreto transcrito no acórdão (e-STJ fl. 182):

(...). A argumentação trazida no ato hostilizado e os demais elementos encartados no processo estão todos endereçados à conclusão que a prática do suposto crime, tal como se deu, revela destacada gravidade concreta, tendo em vista, sobretudo, a significativa quantidade de drogas apreendida durante as diligências policiais na posse do paciente e dos coinvestigados que supostamente estavam na companhia dele comercializando as substâncias ilícitas, aliada à natureza altamente lesiva e viciante de parte delas - 23g de maconha, 2,3g de crack, 38,9g de cocaína (Laudo Preliminar em doc. ord. 2, f. 22), indicando não se tratar de atuação meramente eventual ou isolada -.

Junte-se a isso, o fato de constar da Folha e da Certidão de Antecedentes Criminais (doc. ord. 2, fs. 31/40 e 41/42, respectivamente) que Johnatan responde a outras duas ações penais pela suposta prática de crimes de roubo. Ainda, observo que o acusado já foi beneficiado com a expedição de alvarás de soltura em outras três oportunidades, a mais recente delas no dia 28 de janeiro de 2019, isto é, menos de duas semanas antes da ocorrência dos fatos ora em apuração, tudo a sinalizar a possibilidade de propensão do paciente à contumácia delitiva.

Ou seja, em que pesem os argumentos sustentados pela impetrante, o novo ilícito supostamente perpetrado sugere, inclusive, algum desprezo do agente em relação à Justiça e aos comandos reeducacionais que lhe vêm sendo dirigidos pelos órgãos de contenção estatal. (...).

Ainda nesse sentido, verificando a Ficha de Antecedentes Criminais do recorrente, percebe-se que o mesmo responde a outras duas ações penais pela suposta prática de crimes de roubo. Inclusive, o acusado já foi beneficiado com a expedição de alvarás de soltura em outras três oportunidades, sinalizando a propensão do recorrente à contumácia delitiva, fazendo-se necessária a manutenção de sua segregação cautelar (e-STJ fls.

32/50).

Lado outro, eventuais condições favoráveis não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do recurso ordinário em *habeas corpus* pelo Colegiado da Quinta Turma.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator